

SOCIEDADE E FAMÍLIA:

Um Olhar Histórico, Social e Estrutural acerca da Família

Ana Carolina Pontes de Negreiros¹

Maria Clara Queiroz Rocha²

Ludmilla Furtado da Silva³

Resumo

A família sempre ocupou papel fundamental na sociedade. O conceito de família, além de abranger um conjunto de pessoas, concebe uma construção social, instituída por preceitos, valores e aspectos, transmitidos pelos pais aos filhos. Entendendo que a família se constitui de forma relacional e num contexto histórico-social, pretendemos apresentar fatores que contribuíram para a definição e consolidação de suas concepções e estruturas, considerando seu contexto histórico. O texto apresentado é um levantamento bibliográfico que propõe a análise da construção do conceito de família e a pluralidade das formas com que se apresenta. A importância desse trabalho está no fato de que a família exerce papel fundamental na construção do indivíduo. É nesse cenário que os primeiros ensinamentos sobre convívio social, regra de conduta e cultura, são passados. Nos propomos a discutir família, como sistema, depois apresentar sua constituição história e por fim, elucidar as novas configurações familiares.

Palavras-chave: Família. História. Social. Terapia de família.

SOCIETY AND FAMILY:

A Historical, Social and Structural Look at the Family

Abstract

The family has always played a fundamental role in society. The concept of family, in addition to covering a group of people, conceives a social construction, instituted by precepts, values and aspects, transmitted by parents to their children. Understanding that the family is constituted in a relational and historical-social context, we intend to present factors that contributed to the definition and

¹Pós-Graduada em Psicologia Social pela FAVENI.

²Bacharel em Psicologia pela UNIABEU.

³Doutoranda em Psicologia Social na UERJ.

consolidation of their conceptions and structures, considering their historical context. The text presented is a bibliographic survey that proposes an analysis of the construction of the concept of family and the plurality of forms in which it is presented. The importance of this work is in the fact that the family plays a fundamental role in the construction of the individual. It is in this scenario that the first teachings about coexistence, rule of conduct and culture are transmitted. We propose to discuss the family, as a system, to then present its historical constitution and, finally, to elucidate the new family configurations.

Keywords: Family. Story. Social. Family therapy.

Introdução

O termo família, além de abarcar um conjunto de pessoas, representa também uma construção social, instituída por normas, valores e representações, transmitidas pelos pais aos filhos de forma cultural. Essa instituição tem o intuito de imprimir em seus componentes, determinadas orientações para a vida social, inclusive quando se trata do plano afetivo, como por exemplo, doação, afeto e confiança.

Além de possuir uma existência objetiva, como grupo de pessoas, a família também se constitui como uma instituição, uma vez que é considerada uma categoria existente dentro do plano do senso comum, estabelecendo e descrevendo, o que é ou como deve ser uma família (BOURDIEU, 1998). A família funciona como um espaço de reprodução tanto biológica, no que se refere à ideia de multiplicação, ou seja, procriação, quanto à ideia social, relacionada diretamente a socialização dos filhos e à construção de normas e regras sociais. Dessa forma a instituição família vai adequar o comportamento dos filhos a uma ordem coletiva mais geral, que extravasa a unidade familiar (ROMANELLI, 2003).

Estudos sugerem que homens e mulheres possuem diferentes percepções a respeito do casamento (FÉRES-CARNEIRO & ZIVIANI, 2009), estas diferenças podem ser o motivo que estaria gerando um número cada vez maior de separações. Enquanto anteriormente os casais mantinham-se juntos em prol da manutenção de

uma instituição, casais contemporâneos se mantêm unidos quando acreditam que estão sendo felizes e tendo satisfação pessoal (*cf. em* GIDDENS, 1993).

Com isso, podemos observar novos formatos que se constituem a partir de uma nova realidade, apontando para um redimensionamento de seus limites e para o surgimento de uma nova dinâmica nos vínculos estabelecidos entre seus membros (AMARAL, 2010). Em virtude disso, é possível notar que há uma exigência de que todos os membros do sistema encontrem outra maneira de se organizar, procurando buscar adaptação que favoreça fronteiras semipermeáveis, maior flexibilidade no relacionamento e seu reconhecimento como uma estrutura diversificada.

Por entender que essa estrutura não é homogênea, devemos considerar que os sujeitos são seres inacabados, e que se constroem ao longo da vida e das relações. Daí vem a necessidade de pensarmos esses sujeitos enquanto seres biológicos, culturais e sociais. Isto é, devemos levar em consideração o processo de formação do indivíduo, possibilitando ampliar seu pensamento sobre o mundo e a vida e, conseqüentemente, no seu maior desafio à fragmentação dos saberes (MORIN, 1996).

Nesse sentido, esse estudo se desdobra para romper com o pensamento simplificado e fragmentado, por isso, devemos entender que, nos novos modelos, não conseguiremos reduzir o pensamento e nosso debate como uma proposta de explicar esse fenômeno de uma maneira reduzida. Nem pensar essas configurações baseadas nas famílias ditas nucleares, por exemplo. É necessário, portanto, encontrar formas de aproximar, conectar e interligar os saberes adquiridos por esses sujeitos, na forma como eles conseguem “ser família”. Compondo um fluxo que caminhe entre, no meio e além das próprias áreas de conhecimento científico, no qual essa pesquisa se propõe.

Por esse motivo, temos que assinalar tais aspectos para que possamos entender os problemas, os dilemas, as contradições e os fundamentos, e com base nisso, estudar e produzir conhecimento. Tal qual, apresentar recursos que possibilitem um olhar diferenciado nos contextos que podem ser adversos e

múltiplos. Desde o século XVII, por exemplo, o modo dominante de entender o mundo esteve embasado em premissas de natureza reducionistas e deterministas que, de forma habitual, desconsidera os elos entre o sujeito que observa e os objetos observados. Sob esta perspectiva, os fenômenos estudados ficam dissociados de sua totalidade e a infinita rede complexa da realidade é ignorada. Desse modo, a ciência avançou isolando os fatos de seu meio e reduzindo a complexidade do real a uma simplicidade por vezes, devastadora. Ao ignorar os conjuntos, a totalidade e deixar de fora a conjunção entre o uno e o diverso, esta visão contribuiu para instituir uma compartimentalização do mundo e dos seres humanos que nele subsistem (SILVA; LUNARDI, 2006).

Sob esta visão de mundo, a concepção de família se constituiu separada de seus nexos, isolada de seu contexto e tendo seus problemas reconhecidos e tratados, ou não reconhecidos e nem tratados. Em uma visão reducionista e unidimensional que, de tal forma, produziu um ideal de modelo familiar, composta pelas figuras do pai, mãe e filhos. Ao pai, caberia o sustento das necessidades de seus membros – provedor-, e à mãe, o cuidado do lar e a educação dos filhos. Ambos encontrando satisfação em seu trabalho e digna recompensa econômica, o que lhes possibilitaria oferecer estabilidade e uma vida harmônica para o desenvolvimento das crianças. As crianças, o papel atribuído seria o de estudar, brincar e não se preocupam com nada, além disso. No entanto, este modelo nuclear de família marcada pela suposta ausência de conflitos internos e externos, só existe mesmo como produção abstrata de um ideal sonhador. A vasta rede de relações da vida cotidiana impossibilita que o mundo de uma família possa girar apenas em torno de si mesma, dissociada da realidade na qual concretiza sua existência. Da mesma forma que, para a ciência, este paradigma da simplificação responde a algumas de suas necessidades, também para o estudo e a compreensão da família, é importante. Entretanto, as intensas mudanças sociais e econômicas, desequilibram a estabilidade desse modelo tradicional e revelam algumas das limitações desta visão de mundo, sobretudo, quando se trata de apreender o processo de viver da família como um todo e de seus membros individualmente.

Com isso, consideramos que as novas configurações familiares apresentam membros que trazem bagagem da família de origem, de seu ciclo de vida individual para que estabeleçam uma nova constituição família. E é sobre isso que abordaremos mais à frente. Quando nos referimos a família de origem, entendemos que é onde o indivíduo se constrói, que tem uma história, e ciclo de vida, seriam as etapas pelas quais cada pessoa e família podem passar. (SANT'ANNA; PENSO, 2016).

Construção histórica

Pretendemos abordar algumas concepções sobre as configurações familiares e suas modificações ao longo do tempo, desde o modelo patriarcal até os modelos que se desdobram hoje na sociedade. Devemos, portanto, discutir a construção do conceito de família, que foi abordada sob diferentes enfoques e definições, e que a partir da literatura existente, verificamos que não há uma única forma de definir um conceito de família. Nesse trabalho, articularemos alguns pressupostos teóricos que irão nortear a maneira de entender família, mas não temos a pretensão de definir para que não corramos o risco de reduzirmos a forma de ser família ao nosso pré-conceito.

Nesse sentido, devemos considerar a evolução da família:

[...] no tempo, devemos considerar a demografia, a vida privada, os papéis familiares, as relações estado-família, o lugar, o parentesco, a transmissão de bens, o ciclo vital da família e os rituais de passagem (HINTZ, 2001, p. 9).

O próprio ato de pensar família não é algo que possa ser feito de forma isolada, pelo contrário, ele está sempre relacionado a cultura em que está inserido, a um tempo histórico ou a concepção que o indivíduo tem sobre tal temática. A ideia de família inicialmente surgiu como uma instituição para ser mantenedora de bens. Hintz (2001) aponta que os vínculos estabelecidos entre os sujeitos se iniciaram há

mais de 4 milhões de anos como uma forma de sobrevivência. Desde os povos primitivos, encontramos a figura de um “chefe de família”, que são distintos e possuem características específicas, que são responsáveis por prover e tomar todas as decisões, conforme suas tradições, seus modelos econômicos, sociais, e não pela presença de afeto nas relações. Ao longo dos anos tal relação foi ganhando novos contornos e objetivos. O que antes era somente uma forma de sobrevivência, agora assumia um ideal diferenciado. Por conta da influência portuguesa, desde a colonização, temos a presença da família patriarcal como modelo e servindo como base para a formação social do país, tendo durante um longo período grande predominância, assim como, o modelo patrimonial e matrimonial.

Ponciano e Féres-Carneiro (2003) afirmam que, o que permeava as relações familiares nesse período eram as relações comunitárias mais importantes. As autoras apontam também, que em um determinado período a família e a sociedade eram instâncias que se confundiam. No modelo família patriarcal, sua construção era vista como civilizadora e “que o poder absoluto da família patriarcal obscureceu outras formas de organizações familiares.” (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003, p. 58). Um aspecto importante acerca deste modelo, é que a família era constituída unicamente pelo casamento, não havendo nenhum outro meio de constituição familiar, como a união estável;

Nascimento (2006) declara que, a família assume o papel central nessa relação porque é em seu espaço que os valores éticos, os laços solidários e a transmissão de cultura são realizados. É através dessa idealização que a importância da linhagem vai ganhando seus primeiros contornos. Como a família representa a primeira esfera social, as ligações sanguíneas entre esses membros passam a receber um maior enfoque. Ponciano e Ferés-Carneiro (2003) comentam até que essa linhagem seria uma forma de proteção encontrada pelos indivíduos na falta do Estado. O Estado nesse período servia como instância reguladora das relações, e permaneceu assim por um longo período.

Com o passar do tempo e das mudanças sociais a estrutura familiar passou por transformações na sua constituição, principalmente devido à influência da ideia de democracia, do ideal de igualdade e da dignidade da pessoa humana. Com isso, surgiu a ideia de família contemporânea, caracterizada pela diversidade, onde o afeto e a felicidade são dois princípios fundamentais. Anteriormente a figura paterna era imposta e assemelhada a Deus e o seu papel jamais era contestado. A relação que antes era permeada pela posição que o membro ocupava, como o pai ocupando o lugar de provedor, o filho obediente e a mãe responsável pela educação e o afeto, com o advento da modernidade sofre intensas mudanças. O amor juntamente com a liberdade toma conta das relações. Esse ideal de amor é o que vai sustentar as relações a partir desse momento, tendo como base o diálogo, a livre comunicação e a intimidade (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003)

Diante disso, percebemos também que as próprias relações afetivas atuais são “marcadas pela instabilidade e pelo individualismo” (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 12), pois há uma “valorização da individualidade e da liberdade de escolha, novos sentidos vêm sendo dado ao relacionamento conjugal e aos projetos pessoais dos indivíduos”. (BERNARDI; MELLO; FÉRES-CARNEIRO, 2019, p. 12). A Revolução Industrial possibilitou uma liberdade financeira maior, permitindo uma maior escolha nas relações conjugais. Outro marco que vale destacar por também ter contribuído para a mudança na concepção de família foi a entrada na pós-modernidade (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Hintz (2001) expõe que com essa pós-modernidade novos pensamentos foram revelados proporcionando mudanças culturais. Uma dessas mudanças foi a mulher assumindo novos papéis, e com isso modificando circunstancialmente a dinâmica familiar. Pela necessidade econômica ela deslocou seu trabalho para o exterior de sua casa como forma de auxiliar na renda da família.

Mediante a isso, o tempo de cuidado da mãe com o filho diminui, dando base para o surgimento das creches como local para se ocupar dos cuidados com a criança. O cuidado que antes era restrito aos pais, agora se entendia para uma

instância externa, ou até mesmo para outros membros da família, como os avós. Esta instância social considerada de menor porte começa a ampliar seus horizontes, começando a sofrer interferências exteriores ao seu funcionamento. Um aspecto importante a ser destacado é o de que nas famílias ditas pós-modernas, o foco primordial não está na forma de organização, e sim no modo pelo qual os seus membros vinculavam-se uns aos outros.

Naiff e Silva (2017) sinalizaram que anteriormente a criança era a figura central na família, e que a mulher era educada para responder a demanda por cuidado dessa criança, no entanto, com o as aspirações pessoais e o movimento feminista, a conjugalidade e a parentalidade já não eram o bastante para suprir as necessidades dessa mulher, o que acabou gerando uma crise no casamento no final do século XIX. Carter e McGoldrick (2011) apontam algumas das consequências de a mulher ter outra perspectiva de futuro que não seja somente ser dona de casa, ou continuar no sistema em que era propriedade do marido. Com essa outra possibilidade, a mulher agora poderia escolher se gostaria de permanecer em casa para cuidar dos filhos, ou se lançar no mercado de trabalho para desenvolver uma carreira. As consequências dessas escolhas estavam atreladas a uma série de outras questões, como a escolha por ter filhos, qual o melhor momento para tê-los e se realmente queria ter filhos. Precisamos elucidar que até a primeira metade do século XX, casar significava, primordialmente, ter filhos e constituir família (DINIZ, 2010). Ou seja, o casamento era inseparável à parentalidade. Ao longo do tempo, isso se modifica, gerando a concepção de que ter filhos é fruto da vontade ou não dos casais, o que inclusive, tem sido recorrente, a escolha do casal de não ter filhos. (BERNARDI; MELLO; FÉRES-CARNEIRO, 2019).

Dessen (2010) discute que foi nesse período que os movimentos feministas, hippies, homossexuais, estudantis, ecológicos e negros ganharam força representativa o que influenciou na vida dos indivíduos, tanto social quanto privada. A autora aponta também que esta influência teve relação com a maior igualdade de

papeis entre os gêneros, a instabilidade das relações afetivas e a ampliação das escolhas sexuais.

Analisando as pesquisas sobre o tema “família” entre a década de 20 até os tempos atuais, destacam que:

Nos anos 20, 30 e 40 as matrizes ideológicas vigoraram por décadas, elas estavam ligadas a natureza, estrutura, importância, função e conceito de família brasileira. Nos anos 50 e 60 foi marcada pelo início de reavaliação das teorias acerca da família brasileira, ou seja, a atenção estava voltada para os aspectos regionais, de classe e nas mudanças que estavam acontecendo. Nesta fase, o papel da mulher foi analisado mediante sua relação com a sociedade e com os núcleos domésticos. Nos anos 60 fica evidente a questão do poder e das parentelas, tomando como base na sociedade o patriarcado e a compreensão das relações sociais e raciais, analisando a organização da família frente a essas questões. Nos anos 70 as pesquisas estavam interessadas na estrutura da família, à nupcialidade, à fecundidade e o equilíbrio dos sexos. O movimento feminista que ocorreu a partir dos anos 70, foi um dos fatores de questionamento e transformações não só no aspecto familiar, bem como na própria terapia de família. (PONCIANO; FERÉS-CARNEIRO, 2003). É interessante evidenciar que em 1979, Poster escreveu um livro chamado Teoria Crítica da Família, onde o mesmo dividia as famílias historicamente em quatro grupos: “família burguesa (século XIX), família aristocrática (séculos XVI e XVII), família camponesa (séculos XVI e XVII) e, família da classe trabalhadora (período da Revolução Industrial).” Dessa forma, podemos perceber que até as pesquisas e literaturas tinham uma leitura bem diferente da que se faz hoje. (ROSA; MELO; BORIS; SANTOS, 2016, p. 212).

No século XIX, houve um crescimento, mesmo que pequeno, da alfabetização das mulheres de elite, houve mudanças nas legislações civis e criminais, as sociedades comerciais entre pessoas de fora da família se tornaram frequentes, esses eventos contribuíram para o enfraquecimento do patriarcalismo, fazendo com que se discutisse esse modelo frente essas mudanças. Nos anos 80 os estudos tinham o foco no papel dos sexos, no casamento, na sexualidade, nas

famílias e no processo de transmissão de fortunas, também havendo discussões acerca do patriarcalismo e como esse sistema se modificara. Nos anos 90 – Essa questão aparece como resolvida, o patriarcalismo era tido como um modelo “ideológico”, assim como, era relacionado à ambiguidade dos contextos regionais. Em razão disso, podemos ter uma visão mais ampla da complexidade que é a família, além de estarmos mais atentos ao que o indivíduo chama de família, e entendermos que o próprio conceito de família sofre mudanças ao longo dos anos e das gerações. Não podemos esquecer que, as mudanças na definição de família mudam também de acordo com a legislação, antes era formada sob o aspecto do casamento (pressão da igreja para composição de família), era patriarcal, hierarquizada, heteroparental (casal hetero), biológico (função de reprodução). Isso se modifica com as novas legislações, configurando-se em pluralizada, hetero ou homoparental, biológica ou socioafetiva (NAIFF; SILVA, 2017).

Hoje é equivocado tentar definir família como um modelo normatizado e apresenta um padrão específico e único, visto que, existem diversas configurações familiares. Frente a isso, percebemos que a estrutura familiar passou por inúmeras modificações ao longo do tempo, em decorrência das alterações ocorridas nas sociedades e nas culturas. Por esse motivo, consideramos hoje, como uma instituição plural e multifacetada. (ROSA; MELO *et al.*, 2016).

Mudanças nos papéis familiares

É possível dizer que, na vida conjugal, os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher vêm se confundido cada vez mais e que a configuração familiar se tem delineado diferentemente da estrutura familiar tradicional. Com isso, a mulher vem conquistando novos espaços, assumindo novos papéis e funções, sendo inegável a ascensão da mulher no mercado de trabalho e na vida intelectual.

O modelo da família nuclear, constituído por pai, mãe e filhos (as), tem sido privilegiado na construção histórica do grupo familiar. Os papéis de homens e mulheres são diferentes, e no imaginário social, esses papéis são extremamente

demarcados como opostos no que diz respeito ao cuidado e a interação com suas crianças, isso por sua vez, contribui para que sejam realizados mais estudos acerca da “mãe/maternidade” em detrimento do tema “pai/paternidade”.

A partir disso, podemos constatar também que ao longo dos anos, houve uma reestruturação de papéis na relação conjugal, o que possibilitou o começo dos novos tipos de comportamento femininos e masculinos, tendo o movimento feminista contribuído de forma significativa para essa mudança. (HINTZ, 2001).

Cabe aqui, pontuar uma questão importante que, de acordo com alguns autores a criança precisa do par conjugal para ter uma visão positiva das relações afetivas e das interações sociais. Ao definir par conjugal faz-se necessário introduzir o conceito de coparentalidade, que se refere ao exercício conjunto dos papéis dos pais. Esse conceito provém da teoria sistêmica, que consiste nas práticas e nos modos subjetivos por meio do quais homens e mulheres criam os seus filhos (NUNES; BORSA, 2011).

No bojo dessa nova concepção da família há a elevação dos índices de divórcio, a alta taxa de procriação fora do casamento e baixa fecundidade, fatos que fizeram com que o Estado convocasse médicos, psicólogos e sociólogos especialistas, dentre outros, para que se empenhassem em encontrar formas de vigiar e controlar a vida privada das famílias. Atendo-nos um pouco mais a questão do divórcio, e diante da perspectiva da teoria sistêmica que entende a formação e a dissolução da conjugalidade como um processo interacional (ROLIM; WENDLING, 2013). Isto é, apesar de ser algo cada vez mais comum, não significa que não afetará o ciclo de vida da família, que envolvem mudanças não só na conjugalidade como também, na parentalidade. É interessante salientar que, o próprio divórcio só foi instituído em 1977, através da Lei 6.515/77, em 26 de dezembro de 1977. Apesar de regulamentado somente em 1977, o divórcio já era uma prática presente na sociedade, no entanto, não era bem aceito ou bem visto. Alguns autores vão dizer que muitas famílias não estavam preparadas para o impacto emocional, social e psicológico que o divórcio traz, já essa prática vai afetar todas as gerações da família, aumentando a complexidade das relações e

modificando alguns padrões da mesma Em 2007, essa lei sobre alterações, que surge como uma tentativa de facilitar as separações, permitindo que o divórcio fosse realizado através de cartórios, sem que fosse necessária uma ação judicial. (FÁVERI, 2007)

As parentalidades diversificam-se com o aparecimento de novas estruturas familiares, novos laços afetivos e outras reconstituições familiares.

Cabe ressaltar que, estamos falando da família ocidental, que assenta suas bases no sistema industrial e no iluminismo, predominando os valores democráticos e igualitários, o que torna possíveis a igualdade de direitos entre o homem e a mulher e a liberdade de expressão. Apresentaremos alguns modelos encontrados apontadas pelas literaturas:

- Famílias monoparentais: Formadas por pais ou mães únicos posterior ao divórcio ou separação. (HINTZ, 2001).
- Famílias Recasadas: Só se caracteriza quando um ou ambos os cônjuges têm filhos do casamento anterior. (HINTZ, 2001).
- Uniões consensuais: Formados por casais que preferiram não formalizar a união. Podendo ser fruto da primeira união ou do recasamento. (HINTZ, 2001).
- Casais sem filhos por opção: Ultimamente, os casais passam a priorizar sua satisfação pessoal. (HINTZ, 2001).
- Famílias unipessoais: Intitulado atualmente, consiste na opção das pessoas de terem um espaço físico individual, encontrando-se mais, nas grandes cidades (HINTZ, 2001)
- Novo tipo de família - A Associação: São formadas por amigos que não são parentes ou não mantêm um relacionamento sexual, nem têm filhos e que optam por morar juntos. (HINTZ, 2001).
- Casais homossexuais: Casais homossexuais com união estável. (HINTZ, 2001).

Em tempos atuais não é tão fácil identificar e classificar o que venha a ser uma família. O laço sanguíneo, que anteriormente era o considerado uma

característica de definição familiar, hoje passa a dar lugar a outras características, como por exemplo, a coabitação, o parentesco, a afinidade, entre outros. Desse modo, podemos perceber que a definição familiar ganha outros contornos e sua definição vai além de aspectos biológicos e legais, ressaltando que os aspectos subjetivos desenvolvem um papel importante de definição de configuração familiar, pois conseguem integrar os significados da convivência (NAIFF; SILVA, 2017).

Considerações finais

Após as análises de literaturas identificamos que a família é capaz construir interações promotoras de bem-estar que estão além do lado sanguíneo. Elas podem ser promotoras do senso de pertencimento e de estabelecer relações mútuas num processo relacional que vai se costurando por outras vias. Essa forma de se relacionar possui fluidez, potencialidades e mobilidades nas trocas afetivas. Nesse sentido, o próprio ato de pensar família não é algo que possa ser feito de forma isolada, pelo contrário, deve-se considerar a cultura em que está inserida, ou a concepção que o indivíduo tem sobre tal temática.

Por isso, optamos por apresentar neste trabalho, a construção histórica, as mudanças nos papéis familiares e novos modelos de entender família, pois acreditamos que, tais assuntos, não só são importantes, como também, pertinentes no processo de construção das nossas análises. Atualmente, percebemos que, as famílias têm passado por um processo de construção e reconstrução, e diante de tal fato, devemos acompanhar esse movimento. Desse modo, a família e sua função estão sendo redesenhadas à medida que os seus membros se relacionam em diferentes contextos. Em virtude disso, a família se constitui e é constituída, não se tratando mais da família tradicional, com pais, mães e filhos, mas considerando as muitas configurações que se apresenta.

Independentemente do modo que a família se configura e quais são seus paradigmas, nós, pesquisadores de família e psicoterapeutas de família, precisamos sustentar nosso trabalho na valorização da diferença sem perder de vista sua totalidade e sua dimensão integradora. Devemos estar dispostos a acessar as dimensões complexas das relações bem como a vinculação com o todo que a cerca. Por fim, diante do que foi exposto, fica o convite para que outros pesquisadores se debruçam sobre o tema, ampliando cada vez mais o entendimento dos modelos de família, levando sempre em consideração o local, o tempo, a cultura, tendo em vista que, esses elementos implicam na formação e na trajetória das famílias no mundo, bem como no modo de atuação dos profissionais que se dedicam à essa temática.

Referências

AMARAL, D. H. **Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

BERNARDI, Denise; MELLO, Renata; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Ambivalências frente ao projeto parental: vicissitudes da conjugalidade contemporânea. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, 2019, p. 9-23. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2019.

BOURDIEU, P. Practical reasons: on the theory of action". Cambridge: Stanford University Press, 1998. Polity **Press ed. bras.:** *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Mônica. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia de família. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Mônica. *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 7-28.

CARNEIRO, Terezinha Féres. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 16, n. 1, 1996, p. 38-42.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931996000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 nov. 2019.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a família em desenvolvimento: Desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, 2010, p. 202- 219. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca10.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa repercussões na imprensa. **Revista Espaço Caderno Feminino**, Uberlândia, v. 17, n.1, 2007, p. 335-357. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279476135_Desquite_e_divorcio_a_polemica_e_as_repercussoes_na_imprensa. Acesso em: 09 nov. 2019.

FÉRES-CARNEIRO, T., ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. *In*: Féres-Carneiro (org). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 3, 2001, p. 8-19. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos,_novas_fam%C3%ADias_-_complementar_8_abril.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

ROLIM, Kamêni lung; WENDLING, Maria Isabel. A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2013, p. 165-180. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-6652013000200010. Acesso em: 13 nov. 2019.

MORIN, E. A noção de sujeito. *In*: **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**, Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p. 45-58.

NAIFF, L.; SILVA. Recasamento: identificando representações sociais na conjugalidade e na parentalidade. **Ayvu: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 2017, p. 145-167. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/22233/13132>. Acesso em: 15 nov. 2019.

NASCIMENTO, Arlindo Mello. População e família brasileira: ontem e hoje. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **ABEP**, Caxambú, 2006, p. 1- 24. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

NUNES, Maria Lucia Tiellet; CALLEGARO, Borsa Juliane. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 64, 2011, p. 31-39. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2011/vol29/no64/3.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

PENSO, Maria Aparecida; SANT'ANNA, Tatiana Camargo. A transmissão geracional da violência na relação conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, 2016, p. 1-11. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v33/0102-3772-ptp-33-e33427.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; CARNEIRO, Terezinha Féres. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 16, 2003, p. 57-80. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2019.

ROSA, Jéssica Moraes; BORIS, Georges Daniel Janja Bolc; MELO, Anna Karynne; SANTOS, Manuel Antônio dos Santos. A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 36, n. 1, 2016, p. 2010-223. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-pcp-36-1-0210.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

ROMANELLI, G. Paternidade em famílias de camadas médias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2003, p. 79-96. Recuperado em 08 de agosto de 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812003000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 nov. 2019.

SANTOS, Maíza Evani Ferreira. Coparentalidade: A evolução do conceito de família no Brasil. **Universidade Tiradentes**, Sergipe, 2018, p. 1 – 17. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/2122/COPARENTALIDADE%20A%20evolu%c3%a7%c3%a3o%20do%20conceito%20de%20fam%c3%adlia%20no%20Brasil..pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 out. 2019.

SILVA, M. R. S; Lunard V. L. A concepção de família como unidade complexa. **Fam. Saúde Desenvolvimento**, Curitiba, v.8, n.1, 2006, p.64-72. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8023/5650>. Acesso em: 22 out. 2019.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2005, p. 181-186. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.